

AUTOBIOGRAFIAS DE PROSTITUTAS: o putafeminismo em debate no Brasil

Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo (UFC),

taynara.mirelle.araujo@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir sobre o movimento de prostitutas no Brasil a partir da análise das narrativas de Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira em suas autobiografias. Gabriela Leite e Lourdes Barreto foram pioneiras nessa fala pública, em plena ditadura, em defesa da escolha das mulheres pelo seu próprio destino e da luta permanente contra a marginalização das prostitutas. Monique Prada e Amara Moira trouxeram à tona os embates travados por prostitutas dentro e fora do movimento feminista, liderando o Putafeminismo no país. Pretende-se compreender neste trabalho, portanto, como essas narrativas mobilizam o debate sobre sexualidade, corpos dissidentes e moralidades no país, a partir da posição do Putafeminismo. Este trabalho foi realizado por meio de revisão bibliográfica e análise das fontes, através das técnicas de análise de conteúdo e de análise do discurso. Utilizando-se como principais fontes as obras de Gabriela Leite – Eu, mulher da vida (1992) e Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta (2009); de Lourdes Barreto - Puta Autobiografia (2023); de Amara Moira - E se eu fosse puta (2023) e Vidas Trans: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social (2022); e de Monique Prada – Putafeminista (2018).

Palavras-chave: Autobiografia. Prostituição. Putafeminismo. Feminismo Radical. Pânico Moral.

1 INTRODUÇÃO

“Entrei na prostituição por rebeldia e desobediência à regra geral das coisas. Hoje demonstro essa mesma rebeldia e desobediência, quando digo que gosto do trabalho de prostituta. Pago um preço por isso, um preço sério e pessoal, no meu dia a dia”. Gabriela Leite¹

Gabriela Leite foi uma das pioneiras a trazer o debate da prostituição para a sociedade brasileira de forma aberta e objetiva, não a partir de um ideal vitimista, mas de uma fala em defesa da escolha das mulheres pelo seu próprio destino e da luta permanente

¹ LEITE, 1992, p. 18.

contra a marginalização das prostitutas e pelo acesso à direitos fundamentais. Como diz no trecho acima, esse seu posicionamento de “Madalena não arrependida” a fez pagar um alto preço, já que a Igreja e várias outras organizações, inclusive feministas, estavam preparadas para receber as prostitutas arrependidas e “salvá-las” desse meio, não para acolher estas que defendem a profissão e a própria escolha. Estavam esperando de Gabriela Leite uma confissão e ela acabou entregando um manifesto, dizendo o que ninguém queria ouvir: “Quando as prostitutas disseram o que pensavam, com um puta manifesto, o pau comeu”. (LEITE, 1992, p. 114).

A partir deste manifesto (elaborado pelas prostitutas em protesto ao silenciamento no Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada) e depois com a organização dos Encontros Nacionais de Prostitutas e de uma série de outras ações por todo o país, Gabriela Leite e Lourdes Barreto foram se juntando à outras prostitutas das diversas regiões, fomentando discussões e intensificando os debates, para que mais putas trouxessem suas narrativas à público, para que saíssem das sombras, dos becos, para que viessem contar a sua versão dos fatos. Como Monique Prada e Amara Moira, que trazem à tona, mais recentemente, a partir dos seus escritos e militância ativa, os embates entre o putafeminismo e o feminismo radical, que não tolera a sua existência e permanência tanto na profissão como dentro do movimento feminista.

As autobiografias e manifestos das prostitutas quando publicados geram sempre debates acalorados tanto no campo conservador brasileiro, como no seu viés mais progressista. Já que ambos acabam se atrelando quando a pauta é prostituição. Têm-se nessa arena um engodo de pensamentos e ações, que misturam julgamentos com falas salvacionistas. Por um lado, colocações que vitimizam essas mulheres, como as “escravas” do mundo atual, por outro falas que as vilanizam como desviadas do caminho das moças direitas, das mulheres de respeito. Em ambas as posições, as prostitutas são tratadas não como agentes da sua própria história, mas como seres que não souberam ou não puderam escolher e devem ter as suas vidas tuteladas, pela criminalização ou pela “salvação” com a saída da zona. Portanto, falar sobre as narrativas dessas mulheres é também falar sobre silenciamento. Problematizar a marginalização das mulheres e dos seus relatos é se colocar a refletir sobre como uma história eurocêntrica e patriarcal priorizou a memória gloriosa de homens de uma determinada classe social, lugar e cor. É

essencial trazer uma análise interseccional sobre as questões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, já que se analisa aqui as narrativas de corpos subalternizados e marginalizados de mulheres que desobedecem os acordos do Ocidente cristão sobre virgindade, sexo, público e privado, escancarando suas vivencias no meio prostitucional, onde vivenciam camadas diversas e contraditórias de exclusão e aceitação, tendo como marcadores desse cotidiano e dessas múltiplas identidades principalmente as categorias de gênero, classe, raça, território e sexualidade. Como afirmam Collins e Bilge (2020, p. 79, 114), o uso da interseccionalidade como dispositivo analítico no debate e na pesquisa teórica sociológica tornaram-se fundamentais para uma análise mais complexa dos fenômenos, “não apenas em estudos de discriminação de gênero, mas também na investigação da estratificação social e da agência social”. Essa estrutura analítica abre novos caminhos de investigação, trazendo à tona como as múltiplas formas de violência e de regimes de exclusão contra prostitutas dentro de sistemas separados podem, de fato, se interconectar e se apoiar mutuamente. Demonstrando assim a pertinência do uso de lentes multifocais mostrando como os múltiplos sistemas de poder são inseparáveis na maneira como afetam a vida de cada indivíduo, produzindo lugares sociais distintos para cada grupo. Por isso, um dos pontos centrais de reflexão refletir deste trabalho é compreender como essas narrativas de prostitutas contam sobre as mulheres marginalizadas numa sociedade marcada pelo heteropatriarcado e pela colonialidade que hierarquiza e subalterniza os corpos. Quer-se compreender, portanto, como essas publicações autobiográficas de Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira pautaram a discussão sobre prostituição, corpos dissidentes e feminismos e como suas narrativas contam sobre a trajetória do movimento de prostitutas num país do Sul global.

2 AS MÚLTIPLAS NARRATIVAS DE/SOBRE PROSTITUTAS

“Todo mundo é puta.”
Lourdes Barreto²

Segundo Benjamin (1994, p. 205), narrar-se é a arte de contar novamente uma história, contudo, essa arte “se perde quando as histórias não são mais conservadas... porque ninguém

² BARRETO, 2023, p. 158.

mais fia ou tece enquanto ouve a história”. Por isso, o lugar da pesquisadora que pretende acessar essas histórias para compreender as reverberações dessas narrativas, “é o de tecelão que assume a tarefa de tecer a rede em que está guardado o dom narrativo”. (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 6). Sendo por isso importante pautar e analisar essas autobiografias, já que a narrativa de si é uma forma de permanência no tempo e de afirmação das mudanças ocorridas nesse intervalo. Essas narrativas podem ser pensadas, então, como uma espécie de sutura realizada a partir de vários instantes rememorados dos fragmentos de uma vida, que garante um senso próprio de identidade. (LIMA; CIAMPA, 2017).

As narrativas autobiográficas destas lideranças do putafeminismo no Brasil têm a potencialidade de trazer essas mulheres para o centro do debate público como sujeitos de agência. Como afirma Giddens (1998, p. 161), “o indivíduo na sociedade não é simplesmente um receptáculo passivo das formas sociais, mas um agente ativo”. A fala das prostitutas em defesa dos seus direitos coloca essa lógica de vitimização em cheque, reivindicando não só o entendimento da prostituição como profissão e com isso melhores condições de trabalho, mas uma visão destas mulheres como agentes que refletem, planejam e organizam a sua prática, tendo, portanto, consciência das contradições que envolvem o seu trabalho e da necessidade de mudanças. A defesa de suas posições passa pela perspectiva dessas mudanças serem feitas nos seus termos e não mediante o discurso conservador. Gabriela Leite (1992, p. 170, 171) traz uma reflexão a esse respeito ao afirmar:

Minha luta é para a gente ter liberdade de escolher e de seguir essa profissão. E estando na prostituição, que possamos perceber a possibilidade de estar sem nos tornarmos escravas. [...] Nossa batalha é a mesma de outro trabalhador qualquer. [...] O que acaba com uma prostituta, o que tira a sua dignidade e sua saúde, não é transar, não é fazer sexo profissionalmente. O que acaba com ela é a falta de condições de trabalho: não tem água para se lavar, o quarto não tem condições de higiene, tem percevejo andando pelas paredes; se ela não trabalha um dia ou mais, vem a cafetina dizer que ela tem que trabalhar para pagar pelo dia de trabalho e pelas faltas, e a prostituta fica devendo um monte de dinheiro. Vira escrava da cafetina. Não há regra para nada, nenhuma legislação que a ampare. Aposentadoria, nem pensar. A gente cansa de ver prostitutas que, depois de trabalharem a vida inteira, acabam como mendigas, na rua, porque a “vida útil” delas terminou.

A fala de Leite revela um cotidiano de clandestinidade que fomenta o abuso e a exploração dentro da prostituição no Brasil, o que explica as reivindicações do

movimento de prostitutas pela regulamentação da profissão. Regular para sair do ambiente clandestino, dos becos escuros, da violência cotidiana, para ter direito ao descanso, à aposentadoria, à um futuro. Corroborando com estas reflexões de Leite sobre a precariedade do trabalho sexual e a falta de apoio na luta por direitos trabalhistas básicos, Monique Prada e Lourdes Barreto afirmam em suas autobiografias que:

A ideia de que as prostitutas são sempre pessoas infelizes com os seus trabalhos, usando essa obrigatoriedade da felicidade no trabalho para negar direitos trabalhistas (que é algo lembrado apenas quando se fala em trabalho sexual remunerado, vejam bem, ninguém se oporia a PEC das Domésticas usando para isso o fato de que é um trabalho precário e que a maioria das trabalhadoras, se pudesse, o trocava por outro) podendo acabar sendo entraves sérios para as nossas lutas. (PRADA, 2018, p. 47).

Algumas falas dentro do movimento feminista cobram fortemente que o trabalho sexual seja, de algum modo, empoderador, até mesmo algumas trabalhadoras sexuais e ativistas adotam esse discurso. Não é uma linha que me representa, já que considero que nenhum trabalho exercido por mulheres de baixa escolaridade e classe social possa realmente ser considerado empoderador ou emancipatório. Não há nenhum questionamento sobre o empoderamento alcançado por mulheres que exercem outros trabalhos precários. (PRADA, 2018, p. 47).

Fazer prostituição não é crime, é um trabalho como outro qualquer. [...] Nós somos, eu sou a favor que lutemos mais ainda pelos nossos direitos, pra que essa profissão seja regulamentada e a gente tenha garantia da nossa aposentadoria. Vou lutar por isso. Luto por isso. Nós lutamos por isso. (BARRETO, 2023, p. 99).

As reflexões das autoras trazem questões importantes sobre a análise de prostitutas sobre a precariedade do trabalho no meio prostitucional, mostrando que ao contrário do que grandes setores do movimento feminista e de organismos religiosos argumentam a respeito de uma deliberada romantização da prostituição pelas prostitutas que reivindicam a regulamentação da profissão, estas se afirmam lutando contra as violações que passam no exercício da prostituição em ambientes clandestinos. Mostrando a análise um tanto rasa e estigmatizante destes grupos a respeito das reflexões e ações destas mulheres na sua luta por espaço e direitos. Prada traz à tona uma reflexão básica, mas que se perde nas muitas divagações a respeito da pauta, a de que: “como em qualquer outra profissão, as prostitutas também têm conflito profissional”, principalmente se tratando de trabalhos precarizados e criminalizados. Cobra-se deste setor que o seu

trabalho seja empoderador para ser feita a defesa da sua existência, o que Prada compreende como um olhar romântico para os trabalhos reservados dentro do sistema capitalista às mulheres pobres e racializadas do Sul global. O trabalho reservado para mulheres pobres de forma geral é precário e arraigado no passado colonial deste país, sendo o primeiro horizonte destas trabalhadoras a melhoria das suas condições de vida dentro deste mercado e não fora dele, no exército de reserva do capital. Amara Moira também traz em suas reflexões a importante questão de que a marginalização deste trabalho serve ao sistema patriarcal e capitalista, que fazem com que a regra seja baixa remuneração (principalmente no universo de prostitutas transexuais) e ambientes propícios para o exercício da violência mais brutal contra estas mulheres. Como corrobora a reflexão de Emma Goldman de que tentar reprimir a prostituição, sem criar um sistema socioeconômico mais justo, acaba por piorar as condições de vida e trabalho das prostitutas e dos seus parentes, aumento a marginalização destas mulheres e dos seus e não sua emancipação deste sistema. (BONOMI; SANDER, 2023).

Numa sociedade estruturalmente patriarcal e misógina, as mulheres sofrem uma permanente opressão e deslegitimação desde o nascimento. Mulheres como Gabriela, Lourdes, Amara e Monique, que contam sobre sua sexualidade que desvia da norma instaurada, são alvo preferencial desta política de disciplinamento dos corpos. O estigma da puta é uma ameaça a todas as mulheres, ameaça de violência, de desprezo, de exclusão do rol das mulheres honestas, dignas de um homem, dignas de matrimônio. Como reflete Monique Prada (2018, p. 65) ao dizer que “todas as mulheres que de algum modo contrariam a ordem das coisas na sociedade patriarcal se arriscam a sofrer por conta desse estigma: a Ofensa Madre, parecer uma puta, ser confundida com uma puta, ser chamada de puta”. O termo “puta” está sempre relacionado ao engano, à perversidade, ao pecado carnal. E é justamente essa repulsa ao termo, às suas pretensas significações e às putas em si, ligado a todo o aparato simbólico da misoginia, que torna difícil a construção de uma luta permanente, forte e articulada pelos direitos das prostitutas. Sobretudo num momento como este de avanço do conservadorismo. (SULZ; CARDOSO, 2019). Contudo, justamente para confrontar esse estigma, Lourdes Barreto reivindica, desde o início da sua militância no movimento de prostitutas, ainda na década de 1980, o uso do termo puta. Ela reivindica esta identidade, nomeando com

todas as letras o indizível. Tatuando em sua própria carne o que muitas tem que guardar em segredo: “Eu sou puta”.

Eu passei muita forma de violência na sociedade, pelo fato de ser mulher, ser nordestina, e depois eu tive que assumir que era puta. E essa palavra, ela me trouxe um legado, me trouxe coisas importantes na vida, porque eu sei que estou quebrando estigma de uma palavra que uma sociedade toda usa - filha da puta, puta que pariu -, e eu resolvi fazer essa tatuagem alguns anos atrás. Essa frase ‘eu sou puta’, ela me traz um retrato de uma sociedade que machuca, fala, fala mal da prostituição, mas não consegue viver sem a prostituição. (BARRETO, 2023, p. 23).

Gosto dessa palavra puta! Porque é uma palavra de identidade. Então, a luta é essa. Essa palavra. Desde que eu cheguei muito jovem na zona, eu percebi que eu tinha que lutar pelo direito de usar essa palavra onde eu quisesse, aonde eu chegasse. Eu fiz uma tatuagem no Congresso Brasileiro de Aids, lá na Paraíba, em João Pessoa, com essa palavra, “Eu sou puta”, porque, quando eu digo que sou puta, estou afirmando uma identidade que pra sociedade ainda é difícil de lidar. (BARRETO, 2023, p. 99).

O termo puta é tão maldito que Amara Moira teve que modificar o título de sua autobiografia, censurando o “puta” num momento de avanço da extrema direita no país, para conseguir divulgar sua obra. Já que muitas livrarias acabavam recusando o seu livro por receio de um possível boicote à obra ou ao próprio estabelecimento por organizações conservadoras.

[...] cheguei à decisão de retornar ao título original com a *puta* de novo ocupando lugar de destaque. Se quero estar em paz com o fato de ter escrito esta obra, e ao mesmo tempo colaborar com a superação desse estigma pernicioso, é preciso que antes de mais nada, eu não tente esconder a minha *puteza* por trás de *pureza* nenhuma, ainda que o disfarce seja só jogo de cena. Possível que em 2018, com a eleição do inominável e tudo o que isso representou, fosse sensata a alteração do título original de *E se eu fosse puta* para *E se eu fosse puRa* (com esse érrão bem destacado, em cima do têzinho, bem rasura, censura mesmo - a versão “errada”, como a denominei), mas agora a situação é outra e eu preciso fazer a minha parte para que a profissão, não digo a mais antiga do mundo, mas com certeza a mais maldita, amaldiçoada, ainda que também a mais incontornável, deixe de meter medo à sociedade. (MOIRA, 2023, p. 11, 12).

Uma das questões que se pode levantar, a partir deste relato de Amara, é que falar sobre as narrativas dessas mulheres é, sobretudo, falar sobre silenciamento, censura e estratégias de resistência. Ao retornar ao título original da obra, com o termo puta novamente, Amara faz como Lourdes, reivindica essa identidade e o seu espaço não só nos quartos de bordeis, mas nas livrarias das grandes cidades. Ao contar sobre suas

trajetórias de vida, estas mulheres estão contando a história do movimento de prostitutas no Brasil, de seus primórdios aos dias atuais. Com isto, estão trazendo perspectivas importantes sobre o pensamento coletivo sobre a prostituição, as mudanças nos padrões sexuais e quais os corpos tidos como dignos de respeito e da legitimidade de sua identidade. Nos trechos a seguir, Lourdes e Amara contam um pouco sobre os intuitos de suas obras e sobre essa militância pelo direito à fala pública.

Esta *Putas autobiografia* é pra dizer pra sociedade que nós existimos, que nós vamos continuar. Que nós somos mulheres antes de ser puta. Nós somos mulheres! (BARRETO, 2023, p. 159).

Foi muita luta! Às vezes eu fico perguntando até onde eu vou com essa luta, com esse coração cheio de felicidade e de vontade de continuar na luta. Acreditando que deixo essa história. Minha história de vida e história de luta é um corpo só. Uma grande onda. Eu falo sem parar essas histórias pra lembrar a sociedade que a nossa existência tem um sentido. E que falar é como andar, cansa. Mas preciso. Falar é escrever a nossa história. (BARRETO, 2023, p. 243).

Quanto vocês saberiam da vida por trás dos panos da profissão mais mal falada do mundo não fosse por mim? Venho sendo entrevistada em tudo quanto é canto, convidada pra dar palestra em universidade, dividir mesa com vereador, capa de jornal importante, revista, participar de documentário, e não é à toa... quem toca esse discurso assim, na caruda, doa a quem doer, são poucas no Brasil, loucas como eu. (MOIRA, 2023, p. 81).

Escrever agora, ora bolas, não era só escrever, mas sobreviver, a gente cavando um futuro para chamar de nosso, insistindo em pensar palavras para as nossas próprias versões, nos assenhorando do direito à palavra. [...] O que escrevi aqui não é tudo, nunca é tudo, mas creio que o suficiente para que sintam o gostinho das verdades que trazemos no corpo, na forma nova de existir, não mais pautada pelo genital. Não foi aquela coisa bonita começo-meio-e-um do vestibular, nem puro entretenimento, espero, ou sensacionalismo grosseiro. Minha história. Não a que deveria existir, ditada pelas leis e pelos manuais de psiquiatria, mas a que de fato existe, minha tão minha que de mais ninguém. (MOIRA *et al.*, 2022, p. 56, 57).

A fala pública destas mulheres, a luta permanente por serem ouvidas e terem suas palavras legitimadas, sinaliza as estruturas de opressão que travam e marginalizam o diálogo. Em seus escritos, elas refletem que esta possibilidade da fala pública, de debate em diferentes espaços (lugares que outrora tinham o acesso negado para estes corpos) e com uma diversidade de atores sociais, de terem obras publicadas e divulgadas para o grande público, pode ser o que faça o movimento avançar em suas pautas mais concretas e cotidianas. Não tendo a ver somente com as reivindicações trabalhistas, mas

com a reivindicação por um espaço social legítimo, por uma identidade respeitada. Amara defende que a escrita se tornou o espaço para contar a sua versão dos fatos, sem romantismo ou sensacionalismo, mas contando a sua história se “assenhorando do direito à palavra” através da escrita de si. Bonomi e Sander (2023) corroboram ao refletir que ao se fazer uma escuta/leitura ativa dessas mulheres, não dá para continuar tratando suas narrativas como ilusões individualistas pautadas pelo neoliberalismo. Sendo, portanto, importante “desmontar a antítese em que a prostituição é tratada ou como uma escolha voluntarista livre de qualquer coerção [...] ou como uma trajetória compulsória de exploração sem qualquer possibilidade de agência”, para ser realmente possível sair de reflexões rasas e construir uma análise aprofundada sobre essa temática.

Lourdes Barreto conta por diversas vezes em sua autobiografia sobre essa luta pelo direito à palavra como um dos principais motes nas primeiras ações do movimento de prostitutas quando este estava dando os seus primeiros passos no país. Ela exemplifica isto ao falar sobre a construção do tema do Primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, encabeçado em parceria com Gabriela Leite, no Rio de Janeiro, em 1987.

O nosso primeiro encontro de prostitutas foi em 1987, o tema foi “Fala, mulher da vida”, porque a gente não falava, a gente tinha vontade de falar. Nós só falávamos para os nossos clientes, dentro do quarto ou para alguma colega nossa. Mas a gente não podia falar publicamente por causa do estigma, do preconceito e da discriminação. (BARRETO, 2023, p. 134).

O lugar de fala das prostitutas tem que ser em todos os lugares, em todas as instâncias da sociedade, em todos os ambientes - no trabalho, na rua, na avenida, no cabaré, no parlamento. Onde ela estiver, ela tem o direito de falar. (BARRETO, 2023, p. 125).

A fala de Lourdes mostra a reivindicação por outros espaços, não mais o das sombras, do quarto fechado, das quatro paredes. Amara corrobora ao explicitar onde a sua escrita a levou. Sua autobiografia a fez adentrar espaços ditos não seus anteriormente, gerando um debate público para romper com o estigma e a criminalização da sua profissão e da sua luta permanente pelo direito de ser uma puta-trans-escritora. O “Fala, mulher da vida” é um verdadeiro marco nessa luta pela palavra, pelos lugares, luta que continua viva hoje com o Putafeminismo.

3 O PUTAFEMINISMO E OS CONFLITOS COM O FEMINISMO RADICAL

Para mulheres dissidentes do papel imposto pelas noções de gênero nessa sociedade, como aponta Sueli Carneiro (2003), as pautas e análises do feminismo hegemônico não fazem muito sentido, pois, este ao mesmo tempo que afirma querer resgatá-las da exploração e da violência brutal sobre os seus corpos, também as silenciam, julgam e excluem, como no caso das prostitutas que permanecem reivindicando o direito ao feminismo e tem ele muitas vezes negado. Como analisa a socióloga Adriana Piscitelli (2018, p. 21), neste fervilhante contexto político atual, esses diversos coletivos de mulheres pouco considerados anteriormente no Brasil, reivindicam cada vez mais o seu espaço, em face da colonização dessas diferenças pelos feminismos hegemônicos. Chamando atenção nesse caso para as putafeministas, que, apesar de estarem presentes na luta e sofrerem nos seus corpos com a opressão patriarcal e colonial, enfrentam grandes dificuldades para obter solidariedade feminista. Vê-se, portanto, que, para enveredar-se pelos estudos sobre a prostituição a partir de uma perspectiva interseccional, é necessário abandonar a visão das mulheres como um grupo homogêneo, já que se deve procurar compreender os reais motivos “de algumas serem marginalizadas e estigmatizadas e outras gozarem de benefícios e direitos, sendo um caminho potente para a análise das violências” vivenciadas pelas prostitutas dentro e fora das zonas de prostituição. (SILVA; XIMENES, 2017, p. 185).

Rodrigues (2017) analisa que, até 2013, tinha-se uma tradição de associar movimentos feministas com lutas progressistas por justiça social, apesar das críticas já existentes ao predomínio do feminismo liberal branco no país. Contudo, a partir das Jornadas de Junho, viu-se que a corrente das feministas radicais começou a ganhar força nas redes sociais no Brasil. Hoje enfrenta-se uma onda neoconservadora, como afirma a cientista política Wendy Brown, com uma articulação entre moral, religião e capital contra a liberdade. “Os fundamentos desse neoconservadorismo são a articulação entre leis e mercado, um estado securitário e autoritário e o pânico moral muitas vezes

mobilizado pelas radfems.” (RODRIGUES, 2017). Historicamente, o feminismo radical vem se aliando às pautas mobilizadas pelo pânico moral. O feminismo radical emergiu nos EUA na década de 1980, a partir de uma onda de puritanismo da sociedade norte-americana, com duas principais teóricas, Andrea Dworkin (1946/2005) e Catharine MacKinnon (1946). Elas voltaram sua luta contra a pornografia e a prostituição, entendidas como formas de violência contra a mulher e estímulo ao estupro. E já neste período acabaram por se aliar aos reacionários cristãos norte-americanos pelo banimento da pornografia nos EUA e ao redor do mundo. (RODRIGUES, 2017; WEST, 2022).

Sulz e Cardoso (2019) refletem que nessa disputa de narrativas e representações, as feministas radicais travam uma feroz luta contra, não só a prostituição, mas principalmente contra as prostitutas que afirmam que tem algo a dizer sobre si e sobre os seus direitos. Estas feministas apresentam argumentos em sua maioria assentados nas noções de “exploração do corpo”, “objetificação da mulher” e “manutenção dos interesses do patriarcado”, justificando mediante esses argumentos sua radical oposição à regulamentação da prostituição. Sendo, portanto, como o maior ponto de conflito entre as putasfeministas e as radfem, a narrativa de que a prostituição, independente de sua regulação ou clandestinidade, só pode possibilitar experiências de violência e exploração contra as mulheres. Essa corrente do feminismo desconsidera a fala e a escolha da prostituta, na insistência de um ideal de resgate destas mulheres, nessa perspectiva de orientar a emancipação das prostitutas contra a opressão do meio prostitucional. Numa fala que recrimina a forma como as prostitutas lidam com seu próprio corpo e sexualidade. Tendo a prostituição como um dos grandes temas deste movimento, contudo sem a escuta das prostitutas e de suas pautas, acabam por reproduzir um discurso salvacionista muito parecido com o das instituições religiosas e da política conservadora. Além da política de difamação perpetrada por estes movimentos contra pesquisadoras e feministas que defendem a regulamentação da prostituição, onde se coloca essas mulheres sob suspeita, lugar este que o patriarcado reserva para as Evas e Madalenas, as que desvirtuam do dito caminho da verdade. Como Monique e Lourdes comentam nos trechos a seguir:

temos o que no Brasil se costuma chamar de feminismo radical, mas que eu prefiro chamar de feminismo conservador [...] Um feminismo que nos vitimiza e que pretende nos resgatar, negando nossa autonomia e nossa capacidade de escolha, e rechaçando violentamente a possibilidade de diálogo com aquelas de nós que não desejam a salvação oferecida. (PRADA, 2018, p. 33).

Foi dentro da prostituição que eu aprendi a ser mulher, que identifiquei a minha sexualidade, que lutei pelos direitos sexuais e reprodutivos, e lutei contra algumas feministas radicais que na época faziam crítica por eu exercer o trabalho sexual como uma profissão. (LOURDES, 2023, p. 33).

Segundo as autoras, essa corrente do feminismo nega a agência das prostitutas ao oferecer a estas somente a perspectiva da “salvação” da prostituição e não de um diálogo com abertura para partilhas e ações conjuntas. Já que se pautam por uma práxis baseada na verticalidade dos corpos hegemônicos, onde os corpos socialmente marginalizados devem apenas obedecer ao mando desse Outro que se entende como de consciência mais elevada, portador de um feminismo superior. Esse ideal de erradicação da prostituição não é algo novo, mas que vem se renovando. Tendo como base a pauta da abolição da prostituição no Brasil, tem-se a noção de que esta permanece voltada para um discurso e prática higienista que cria leis que acabam servindo para isolar, para colocar as prostitutas em guetos, “em situações mais precárias e inseguras” do que mesmo a que esses setores denunciam. (PRADA, 2018, p. 33). Segundo Adriana Piscitelli (2016), as percepções negativas sobre a prostituição, dentro dos movimentos feministas no Brasil, se intensificaram a partir dos anos 2000, devido a vínculos com agências internacionais focadas no combate ao tráfico de pessoas com fins de exploração sexual. Este debate acabou se sobressaindo ao debate sobre a prostituição, tornando esta temática ainda mais um tabu, já que vinculada diretamente neste momento de forma generalizada e equivocada ao tráfico de pessoas. Diante deste cenário, mesmo as ativistas que mostravam ambivalência em suas posições, que eram contra a prostituição, mas ao mesmo tempo reconheciam autonomia nos grupos de prostitutas organizadas foram dando lugar as vozes abolicionistas que se tornaram as posições de maior visibilidade. O abolicionismo é “uma tendência feminista anti-prostituição, que identifica o trabalho sexual como violência sexista, integrada num continuum que se inicia na publicidade, inclui a pornografia e culmina na prostituição” (BONOMI; SANDER, 2023). O abolicionismo hoje iguala prostituição à exploração sexual, anulando a perspectiva de autonomia, de escolha destas mulheres.

Numa lógica que intercala uma série de violações vinculadas às categorias de gênero, raça, classe, sexualidade e território, categorias estas que são determinantes para se compreender em que proporção vai a violência de Estado contra essas mulheres. Já que hoje se compreende, de forma muito objetiva, que as vivências de uma “puta de luxo” - universitária, classe média e branca, que atende seus clientes em flats, são quase totalmente outras em relação as putas do chamado “baixo meretrício”. Amara Moira (2023, p. 134) consegue explicitar esses dilemas da marginalização ao falar sobre a transfobia aliada à putofobia que impacta violentamente a vida das mulheres trans, que por parte deste feminismo conservador nem se enquadrariam na categoria mulher: “A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplifica a exclusão a que já estamos sujeitas meramente por existir.” A luta das prostitutas trans por espaço dentro do feminismo acaba encarando de frente a transfobia e a putofobia dentro dos feminismos hegemônicos, e em maior grau no feminismo radical. Apesar de nem todas as feministas radicais serem TERFs (feministas radicais trans-excludentes), “o feminismo radical contém muitas TERFs em suas fileiras, e suas ideias centrais se prestam a uma exclusão das pessoas trans, especialmente das mulheres trans” (WEST, 2022).

O feminismo radical vai além de resistir a atualizações que contemplem pessoas trans: sua pauta central é a rejeição dessas identidades, e, por consequência, a exclusão dessas pessoas da sociedade. O movimento é contra, por exemplo, a presença de mulheres trans não somente na luta feminista, mas também em banheiros femininos, políticas públicas voltadas à mulheres e centros de acolhimento a vítimas de violência doméstica; assim como é contra qualquer reconhecimento legal do gênero de pessoas trans. De diversas formas, o radfem, conjuntamente com outras forças conservadoras, contribui para a manifestações concretas de institucionalização da transfobia. (MORAES, 2023).

Contrariando essa lógica de um feminismo hegemônico e excludente, o putafeminismo defende “um feminismo de todas as mulheres e para todas as mulheres”, um feminismo que abranja a luta das prostitutas, das mulheres trans, das mulheres marginalizadas, dos corpos dissidentes. Reivindica que se pautem os “temas relativos ao trabalho sexual a partir de uma ótica feminista, não moralista, não punitiva e não vitimista”. (PRADA, 2018, p. 68), Tendo em mente, contudo, que “lutar pelos direitos das trabalhadoras sexuais não implica esquecer os casos de opressão, exploração e abuso que as mulheres, sendo putas ou não, sofrem”. Sendo importante, portanto, realizar um

redirecionamento do olhar para as prostitutas que precisam de segurança para exercerem sua profissão, como Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Monique Prada e Amara Moira defendem nas suas autobiografias e militância política. (SULZ; CARDOSO, 2019). As narrativas dessas mulheres mostram um caminho cheio de possibilidades de emancipação., como proclama Amara Moira (2016): “Chega de falarem por nós, chega de decidirem por nós o que devemos ou não fazer dos nossos corpos, com nossos saberes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Estou aqui contando a história do movimento brasileiro de prostitutas, curtindo a vida e sonhando com uma sociedade mais democrática, mais fraterna, onde todos e todas as pessoas possam viver bem.” Lourdes Barreto³

A partir da análise dessas autobiografias de prostitutas, compreende-se que é preciso ter em mente a importância do desaparecimento do conceito de mulher universal, como salienta a socióloga Virgínia Olesen (2007). Sendo necessário guiar o olhar para a mulher situada, histórica e culturalmente, levando-se em consideração que todo conhecimento está localizado num espaço, tempo e sociedade específica. As narrativas destas mulheres contam sobre a trajetória de mulheres marginalizadas que lutam pelo seu espaço no debate público. Mulheres que reivindicam sua identidade puta, até que um dia essa palavra não seja mais um palavrão, mas um jeito de ser e estar no mundo legítimo e respeitado. Esses escritos autobiográficos contam, como afirma Lourdes acima, parte da história do movimento brasileiro de prostitutas, em diferentes momentos de atuação deste. Tanto no seu percurso de formação, ainda na luta acirrada contra a violenta perseguição contra prostitutas na ditadura civil-militar, como no seu contexto atual de afirmação do putafeminismo, na questão da plataformização do trabalho sexual, na luta pela regulamentação da profissão e no embate permanente com os conservadorismos.

Para uma análise profunda destas narrativas é preciso exercitar um olhar afeito às complexidades do trabalho sexual e de todo o debate que este mobiliza em setores de

³ BARRETO, 2023, p. 158.

espectros políticos oponentes, mas que muitas vezes nessa pauta acabam se voltando para o caminho de defesa de uma moralidade mítica. Por isso, como afirmam Bonomi e Sander (2023) é importante cultivar uma vontade política de deslocar as falsas antíteses que pautam o debate sobre prostituição no Brasil para se conseguir avançar no diálogo, abrindo talvez espaço para proposições de caminhos para além da marginalização. Já que, corroborando com Díaz-Benitez (2012), a fala sobre perigo, medo, exploração e violência não pode ser tudo o que explique a sexualidade feminina, mas o prazer, por si só, também não dá conta de explicar os muitos e complexos vieses dentro deste debate.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Lourdes. **Putá Autobiografia**. São Paulo: Claraboia, 2023.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONOMI, Carolina; SANDER, Vanessa. “Toda mulher é da vida”: notas sobre feminismos, prostituição e dinâmicas de criminalização. **HAOS - Horizonte ao Sul**, 9 de jul. de 2019. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2019/07/09/-toda-mulher-%C3%A9-da-vida-notas-sobre-feminismos-prostitui%C3%A7%C3%A3o-e-din%C3%A2micas-de-criminaliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. Introdução. In: **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O sexo é sempre culpável? Notas sobre prazeres, perigos e fissuras na sexualidade. **A Folha do Gragoatá**, Niterói, 2012. Disponível em: <http://afolhadogragoata.blogspot.com/2014/06/o-sexo-sempre-e-culpavel-notas-sobre.html?>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FERNANDES, Alan Tocantins. O que é a Análise do Discurso? **Roseta**, mar., 2020. Disponível em: <https://www.roseta.org.br/2020/03/25/o-que-e-analise-do-discurso-como-pode-ser-usada-e-o-que-a-difere-de-uma-analise-gramatical/>.

- GIDDENS, Anthony. “Durkheim e a questão do individualismo”. In: **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- GOLDMAN, Emma. Tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 247–262, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645019>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- LEITE, Gabriela. **Eu, mulher da vida**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- LEITE, Gabriela. **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LIMA, A. F. História oral e narrativas de histórias de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. In A. F. Lima & N. Lara (orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Psicologia Social Crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- LIMA, Aluísio Ferreira de; CIAMPA, Antonio da Costa. Sem pedraS o arco não existiSte: o lugar da narrativa no eStudo crítico da identidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.
- MOIRA, Amara. **E se eu fosse puta**. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- MOIRA, Amara. Prostituição em tempos de feminismo, **MundoInvisível.Org**, 8 maio 2016. Disponível em: <https://mundoinvisivel.org/prostituicao-em-tempos-de-feminismo/>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- MOIRA, Amara et al. **Vidas Trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. 2 ed. Bauru, SP: Astral Cultural, 2022.
- OLESEN, Virginia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: Norman K. DENZIN, Yvonna Lincoln (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2.ed. Porto Alegre: Artmed; 2007, p.219-257.
- PISCITELLI, Adriana. Conhecimento antropológico, arenas políticas, gênero e sexualidade. **Revista Mundaú**, n.1, 2016, p. 73-90.
- PISCITELLI, Adriana. **Feminismos e Prostituição no Brasil**: uma leitura a partir da Antropologia Feminista. Cuadernos de antropología social, n. 36, p. 11-31, 2012.
- PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- RAGO, Luzia Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo: Editora Ubu, 2018.

SILVA, Lorena Brito; XIMENES, Verônica Moraes. Notas sobre as implicações psicossociais da violência na baixa prostituição feminina na cidade de Fortaleza/CE. R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianopolis, v.14, n.1, p.176-194, Jan.-Abr. 2017.

SOUSA, J. R. de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396–1416, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

SULZ, Juliana Albuquerque; CARDOSO, Frederico Assis. Putafeminismo: um caminho pelo direito de todas as mulheres. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 344-348, abr./jun. 2019. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: PRADA, Monique. Putafeminista. São Paulo: Veneta, 2018.